

A imperiosidade de um plano de Pós-Graduação e Pesquisa para a Região Nordeste

Rosa Maria Godoy SILVEIRA*

Resumo: Este trabalho analisa a conjuntura nacional e a transição de governo, a nível federal e nos Estados, onde as diretrizes a serem implementadas talvez impliquem em profundas reformas no Estado brasileiro.

Há visíveis tendências de medidas que repercutirão sobre as Universidades, desde a política de recursos humanos na administração pública até a política de investimentos em educação e em ciência e tecnologia.

A Pós-Graduação e a Pesquisa se disseminam diferenciadamente, mas pode-se dizer, de modo genérico, que se constituem em práticas sociais pouco enraizadas, bastante desproporcionais à extensão e à profundidade que lhes seriam necessárias para darem conta das demandas do desenvolvimento regional.

Abstract: This text analyses the national situation and the changes of government (federal and state governments), when the new orientation to be implemented may imply in profound changes in the Brazilian State.

There are changes that will clearly affect the universities, in the area of Human Resources policies for the public management, as well as of education and Science & Technology investment policies.

It is possible to say in rough that the post-graduation and research programmes are not as widely spread in society as they should be, according to the regional development needs.

A conjuntura nacional vive momento de transição de Governo, a nível federal e nos estados, onde as diretrizes a serem implementadas talvez impliquem em profundas reformas no Estado brasileiro, mas que, em princípio, não significarão rupturas com a diretriz neoliberal, cuja implementação vem sendo tentada desde o Governo Sarney. Ao contrário, o

* UFPB

momento parece levar a um maior vigor nessa direção, a nível mundial. Talvez seus limites sejam os níveis sócio-econômico alarmantemente miseráveis da população brasileira, que poderão obstruir, em parte, a adoção de medidas recessivas comumente aplicadas, geradoras de maior desemprego e, em consequência, de índices sociais ainda mais aviltantes.

Há visíveis tendências de medidas que repercutirão sobre as Universidades, desde a política de recursos humanos na administração pública, com que se acena (o fim da estabilidade), à política previdenciária (reformulação do regime de tempo de serviço, para fins de aposentadoria, com perspectivas de outra possível leva de aposentados), à política de investimentos em Educação e em Ciência e Tecnologia (que prioridades serão fixadas?).

Um dos males desse país, de modo geral, é a falta de sinalização de políticas de médio/longo prazo, com que se possa trabalhar nas diversas Instituições nos vários níveis de governo. O efeito disso tem sido a adoção de medidas circunstanciais, voláteis, por vezes, a cada mudança de quadros dirigentes. Essa transitoriedade deriva, em parte, de um quadro político-partidário frágil e fragmentado em termos de correntes de opinião pública, marcado por personalismos e interesses de segmentos localizados, lobistas, corporativos e/ou clientelistas. As Universidades também não escapam a esse tipo de prática, faltando-lhes um padrão institucionalizado, que apenas políticas bem plantadas, sistemáticas e contínuas irão possibilitar. Desse modo, a própria concretização de estratégias político-administrativas acaba comprometida.

No que diz respeito à região Nordeste, em particular, apesar dos discursos fáceis e promessas eleitorais e de sucessivos projetos de desenvolvimento, desde o regime militar, a pobreza e a miséria têm crescido. A desigualdade regional, por comparação ao conjunto das regiões brasileiras, tem-se aprofundado, apesar de alguns bolsões modernizadores, atingindo mais determinados segmentos sociais dos centros urbanos - com preponderância, as capitais - e deixando na retaguarda, no imenso hinterland agrário, um espectro de fome, desnutrição, doenças, desemprego desenraizamento cultural, etc, que fecha um círculo de ferro com as periferias igualmente despossuídas das cidades.

Se há muito já se coloca para as Universidades a necessária interação com a sociedade abrangente, o quadro acima sumariamente descrito potencializa a cobrança de responsabilidade de atuação das IES. O não atendimento destas demandas, amplas, complexas e contraditórias, traz o

risco real de converter as Universidades em Instituições socialmente descartáveis.

Por outro lado, deve-se ter em mira que o enfrentamento adequado dessa relação - Universidade e sociedade - exige dos dirigentes das IES e de sua comunidade constitutiva a capacidade de:

a) discernir a conjuntura internacional e seus rebatimentos no país e na região, avaliando, de forma constante, o cenário presente e prospectivo, a estratégia do mercado capitalista e a inserção do Brasil e do Nordeste na divisão internacional do trabalho, respectivamente;

b) compreender o sentido das novas formas de sociabilidade deste final de século, que vão constituindo, por assim dizer, um novo "paradigma social", do qual se pode apreender princípios democratizantes da sociedade, tais como a cooperação, a solidariedade, a ética, etc.;

c) acompanhar as tendências da "virada paradigmática" também no processo de construção do conhecimento, organicamente entrelaçada com as transformações apontadas no item anterior, e que requerem a incorporação de novas dimensões da vida social, entre as quais a esfera do cotidiano, o reconhecimento da alteridade, a refutação da racionalidade instrumental, etc.;

d) identificar as novas problemáticas postas, em termos gerais, pelas mudanças sociais e, em termos específicos, pelas transformações em ocorrência na esfera do trabalho científico, tecnológico, cultural, etc.

Embora a responsabilidade seja (ou deva ser) coletiva, das Universidades como um todo, às Pró-Reitorias de Pós-Graduação, por sua natureza e âmbito de atuação, cabem desempenhar um papel chave no processo. Ao abrangerem a capacitação de recursos humanos de seus próprios quadros e para o mercado de trabalho mais amplo, em níveis de maior qualificação, ao assumirem o fomento à pesquisa, ou seja, a produção de novos conhecimentos, nas mais diversas áreas, estas Pró-Reitorias são o espaço institucional, por excelência, potencialmente capaz de explicitar nas IES os requisitos sociais e científico-culturais manifestos pela atual conjuntura histórica.

Novos tempos, novos requisitos

Implantar políticas de Pós-Graduação e Pesquisa, nestes termos, exige formatos institucionais compatíveis.

De um modo geral, a Pós-Graduação e Pesquisa são ainda frágeis na região Nordeste. A debilidade de um dos componentes deste binômio é diretamente proporcional à debilidade do outro. Assim, por exemplo, a participação do Nordeste, no quadro de Pós-Graduação no país, é

extremamente reduzida, revelando uma concentração esmagadoramente hegemônica no Sudeste.

Além do número exíguo de IES na região, suas características são bastante diferenciadas, sejam elas de natureza jurídica, no plano legal; a inserção em seus respectivos contextos sociais específicos; o seu porte físico, financeiro e de recursos humanos. Reproduz-se internamente um sistema de diferenças institucionais com reais, mas perversas hegemonias intra-regionais.

A Pós-Graduação e a Pesquisa se disseminam diferenciadamente, mas pode-se dizer, de modo genérico, que se constituem em práticas sociais pouco enraizadas, bastante desproporcionais à extensão e à profundidade que lhes seriam necessárias para darem conta das demandas do desenvolvimento regional. A divisão social do trabalho acadêmico se mantém em patamares defasados, correspondentes a uma etapa já superada/em superação na divisão internacional e nacional do trabalho científico: ou seja, a prática de pesquisa, quando há, é artesanal, individualizada, na base da livre iniciativa. É claro que as exceções existem, a confirmarem a regra mais geral, e variáveis de acordo com as áreas do conhecimento. A prática de Pós-Graduação repete menos esse perfil, em parte talvez porque as políticas, sobretudo da CAPES, tenham interferido nesse padrão.

Diríamos que este corresponde a uma etapa passada, liberal, com peculiaridades regionais típicas: há nas IES bolsões de fisionomia ainda oligárquica, de um tempo em que as Universidades (ou melhor, as Escolas Superiores) cumpriam uma função enquanto formadoras de quadros para as elites dirigentes, não sendo, então, o atendimento de demandas oriundas de outros segmentos sociais. A configuração da sociedade, naquele momento, sequer considerava tais segmentos como interlocutores ativos e o ensino se circunscrevia a uma concepção meramente reprodutivista. A posterior modernização das Universidades - é, então, que elas se constituem, utilizando a federalização como suporte institucional - repita-se, a modernização, desde a década de sessenta, implantou uma outra matriz, compatível com as requisições do modelo de desenvolvimento regional configurado pelos sucessivos governos federais e estaduais. A necessidade de formar mão-de-obra qualificada para os projetos sudenistas e de legitimar politicamente os governos diante das classes médias, tornaram o ensino superior afluente a estes segmentos sociais: em decorrência, novas áreas do conhecimento foram implantadas e iniciou-se o aprendizado da pesquisa com fins pragmáticos de atender àqueles projetos desenvolvimentistas. Porém, certos vieses parecem ter ocorrido: assim, por exemplo, a falta de experiência acumulada em

ciências básicas e sobretudo, o fato da pesquisa, naqueles termos, não vir acompanhada da Pós-Graduação, que melhor capacitasse os recursos humanos universitários nesta etapa do nacional-desenvolvimentismo. Somente na década de 70 aparecem os cursos de Pós-Graduação e a política de capacitação docente da CAPES imprime caráter institucional a este domínio.

Podemos, pois resumir a uma base temporal de 20-25 anos a experiência acumulada no âmbito da Pós-Graduação e pesquisa: tempo insuficiente para conferir-lhe solidez, ainda mais agravada (a experiência) por sua pouca horizontalidade territorial. Esse processo praticamente diz respeito às Universidades Federais e tem sido submetido à mudanças muito frequentes e circunstanciais, nas políticas de desenvolvimento regional, a exigirem contínuas adaptações a novas demandas. Ora, enraizamento e a consolidação de práticas culturais-científicas exigem sistemática e tempo, no mínimo, de média duração. Significa dizer que não houve tempo sequer para amadurecer e sedimentar o processo anterior e já se está em nova etapa, caracterizando a chamada "queima de etapas" dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. É o caso das Universidades discernirem suas estratégias de longo prazo, mais duradouras, em face de problemáticas constantes na região, daquelas mudanças estratégicas que a celeridade das transformações sociais aponta como necessárias e que, por vezes, lançam novos ângulos sobre as mesmas persistentes problemáticas regionais.

Assim, se os problemas cruciais e candentes do Nordeste continuam a ser a miséria, a falta de empregos, as péssimas condições de vida da população, a nova conjuntura histórica reveste-os de novos ingredientes, exige uma outra forma de tratá-los, repercutindo, em consequência, na organização do trabalho acadêmico.

Nova ordem mundial, internacionalização da economia, redefinição da divisão internacional do trabalho, e aí inserida, as relações Norte-Sul, desnudando as iniquidades sócio-econômicas em suas proporções gigantescas, todo esse conjunto que se vai configurando com a crise do capitalismo Welfare State, no plano internacional, desde os anos 70, necessita de respostas da mesma grandeza. Recursos financeiros, materiais e humanos são mobilizados, agora em escala global, seja para atender às novas formas de reprodução do capital ou para construir uma cidadania que o atual processo civilizatório e a sua barbárie inerente requerem como superação desta última. Estado e sociedade civil, setor produtivo e movimentos sociais buscam conhecimentos, cobram-nos às Universidades e lhes colocam novos desafios.

Ao conhecimento é posta a necessidade de recuperar uma globalidade, de certo modo, perdida pelo estágio anterior de intensa especialização nas diversas áreas, pois só uma prática integrada entre as

mesmas, articulando-as nas “fronteiras”, é capaz de dar conta das problemáticas postas e construir um Humanismo para o século XXI.

Daí decorre a matriz paradigmática ora em construção: a multi, a inter e a transdisciplinaridade, cuja materialização requer o trabalho coletivo, solidário e não mais solitário, elaborando novas e inéditas formas de sociabilidade acadêmicas, interativas, cooperativas. Assim, internaliza-se nas Universidades, resguardadas as peculiaridades do trabalho intelectual e os seus ritmos próprios, o padrão de alta socialização do trabalho vigente na atual etapa do capitalismo.

Se áreas do conhecimento se transformam, se redefinem, trabalham nas trans-fronteiras, se o sistema requisita novos profissionais em termos de tais áreas novas ou renovadas, o núcleo estratégico incide sobre o perfil qualitativo dos recursos humanos, qualidade essa cujo conteúdo não se limita apenas ao domínio de uma especialidade, mas exige a capacidade de agir em situações interativas no âmbito do próprio trabalho acadêmico e deste com a sociedade abrangente. Portanto, capacidade acadêmica mais capacidade política.

Plano NE de Pós-Graduação e Pesquisa: virtualidades diante da conjuntura.

Aos países em desenvolvimento ou desenvolvidos, em decorrência da referida “queima de etapas”, estabelecer o trabalho cooperativo é extremamente mais complexo, por comparação a países cujo processo histórico não ocorreu aos saltos. Mas é justamente naqueles países que a cooperação se faz necessária porquanto somente uma maciça junção de esforços e recursos poderá responder aos seus gravíssimos problemas.

O investimento em Ciência e Tecnologia e em Educação deve ser na escala dos países desenvolvidos, pois é assente hoje que o capital com maior retorno garantido reside na formação de recursos humanos qualificados. Ou os nossos dirigentes manifestam e concretizam com medidas efetivas essa compreensão, ou a barbárie se ampliará. Não será com uma costumeira postura imediatista e predatória, por parte de nossas elites, buscando lucros fáceis a qualquer custo ou dividendos eleitorais, que serão resolvidas as questões postas a perdurar essa prática, o tempo cobrará os impactos negativos advindos do erro estratégico de não se investir de forma duradoura, permanente e conseqüente, na formação de recursos humanos.

No caso nordestino, assim como de outras regiões do país (Centro Oeste, Norte, Sul), o grau de profundidade das desigualdades regionais deve dobrar o empenho para enfrentá-las.

Nesse sentido, alguns princípios devem ficar bastante explícitos, a nortear os debates entre as Universidades e os órgãos do Governo:

1º) é necessário imprimir um tratamento estratégico diferenciado à região - tal qual a região Norte, que já dispõe de um Plano de Pós-Graduação e Pesquisa - como forma de buscar a atenuação e progressiva superação das suas defasagens técnico-científicas, acumuladas historicamente;

2º) esse pleito não deve, sob hipótese nenhuma, ser confundido com um discurso regionalista tradicional, marcado por assistencialismo e manipulações políticas.

Reivindica-se políticas de Educação, Ciência e Tecnologia para o Nordeste que levem em conta, em sua formulação, as áreas do conhecimento estratégicas para o desenvolvimento regional.

Há duas questões de fundo a serem enfrentadas:

- Que atuação caberá ao Nordeste na divisão social do trabalho acadêmico-universitário no país?

- Quem definirá essa atuação?

Em nosso entendimento, essa formulação deve ser feita pelos mais diversos segmentos da sociedade civil regional, em conjunto com os órgãos e agências governamentais, para que não se corra o risco já conhecido das abortadas experiências impostas de cima para baixo.

3º) Nessa linha de raciocínio, o padrão de qualidade norteador dessas políticas requeridas deve ser um referencial de todas as Universidades do país, inclusive as privadas.

Assim sendo, são inaceitáveis projetos que visem hierarquizar IES em categorias diferenciadas, como centros de pesquisa/excelência e outras, como meros centros de ensino. Além de tratar-se de um equívoco político de danosas e irreparáveis consequências, medida dessa natureza traz embutido um anacronismo pedagógico, ou seja, dicotomiza a produção e reprodução do conhecimento, justamente quando os avanços nesse domínio reclamam cada vez mais a junção entre ensino, pesquisa e extensão. Não será com uma educação reprodutivista que formaremos recursos humanos qualificados, aptos a atuarem como cidadãos conscientes e ativos na sociedade.

4º) O padrão de trabalho cooperativo implica em uma dupla consideração: de um lado, inserir-se no patamar de competitividade e, de outro, evitar que esta não seja negativa, inviabilizando a própria cooperação.

Tornar competitivos os recursos humanos das IES na região significa generalizar os parâmetros usuais de produção acadêmica de qualidade e,

nestes termos, a interação dos pesquisadores com seus pares, regionais, nacionais e internacionais, é imprescindível à consecução de tal objetivo.

Neste processo, sendo o trabalho intelectual extremamente seletivo, grupos de pesquisa dotados de condições de trabalho mais qualificado profissionalmente tenderão a melhor se inserirem em suas respectivas comunidades acadêmicas e se engajarem de modo mais adequado em seu contexto social.

A articulação entre as Universidades e entre seus grupos de pesquisa e Pós-Graduação, mediante projetos inter-institucionais, pode agregar recursos materiais, financeiros, humanos, potencializando condições que, isoladamente, no âmbito de cada IES, pouca repercussão têm por sua fragilidade. Da mesma forma, essa interrelação é desejável com outras regiões e países, porém aqui está-se referindo à conjugação de esforços regionais por seu envolvimento mais direto com os problemas nordestinos.

Por outro lado, a competitividade tornada competição e não balizada pela cooperação tende a acentuar as debilidades regionais, distanciando ainda mais a região de índices de qualidade na pesquisa e na Pós-Graduação.

5º) Apesar das condições desiguais das IES da região, inter e intra-regionalmente, há uma tendência visível de se buscarem respostas positivas para as dificuldades. Assim, várias iniciativas têm sido tomadas nesse sentido, tais como: encontros científicos de âmbito regional ou, em certas áreas, até mesmo articulados com a região Norte; programas de pesquisa conjuntas; cursos de Pós-Graduação sustentados por uma rede de instituições, etc.

Muitas soluções criativas têm aparecido, rompendo formatos clássicos da organização acadêmica e aí se cobra um debate necessário com as agências de fomento à Pesquisa e Pós-Graduação: como tais agências encaram e dimensionam esse formatos?

Há um conjunto de aspectos a serem analisados. Naturalmente um obstáculo a empreendimentos novos, cujo porte mais abrangente redimensiona a alocação de verbas em outras bases. Há aspectos organizativos das próprias agências que diante das mudanças em ocorrência na esfera paradigmática da sociedade e da ciência, são compelidas a reequacionarem seus próprios quadros de recursos humanos e de consultores. Mas, principalmente, há, a ser ponderado, o impacto dos novos formatos sobre a vida acadêmica, o processo de produção do conhecimento e de ensino.

Nessa direção, caminha o Plano Nordeste de Pós-Graduação, visando um conjunto de ações articuladas, cuja ênfase recai em:

a) aumentar a capacidade instalada nas IES e na sociedade regional, mediante a implantação “in loco” de cursos para qualificação em vários níveis;

b) expandir a base regional de Pós-Graduação, tendo como eixos estruturantes a articulação entre vários níveis de ensino com a pesquisa, a interação com o setor produtivo e a cooperação inter-institucional;

c) modernizar a infra-estrutura indispensável para a Pós-Graduação e a pesquisa (bibliotecas, laboratórios, redes de bases de dados, etc.);

d) dispor de mais recursos para investimentos em bolsas de diversas modalidades;

e) aperfeiçoar os mecanismos de informação-divulgação de C & T junto à comunidade especializada e à sociedade abrangente;

f) consolidar sistemas de gestão da Pós-Graduação, capacitação docente e pesquisa das IES.

Uma proposta desse teor manifesta o comprometimento e o compromisso das Universidades nordestinas diante dos “sinais dos tempos” ou seja: sinaliza uma política concreta para a região, no âmbito da Pós-Graduação e Pesquisa, atenta à mudanças estruturais e conjunturais em ocorrência na sociedade. Implantá-la e realizá-la não será tarefa fácil, porém medida necessária e urgente, se a vontade política for inserir o Nordeste em uma padrão de trabalho acadêmico-científico compatível com este novo tempo. Caso contrário, assistiremos a um filme já visto.